



EDIÇÃO 229 FEVEREIRO 2021

DECISÃO

Amagis
atua pelos
aposentados
no TJMG

PÁGINA 3

Presidente
divulga nota
em defesa da
classe

PÁGINA 7

ENM e AMB
sortearão
bolsas para
associados

PÁGINA 9



Receba informações da Amagis pelo Whatsapp ou Telegram
(31) 99881-4367



Envie-nos uma mensagem solicitando a inclusão na lista ✓

Rua Albita, 194 - Cruzeiro - Belo Horizonte MG CEP 30.310-160

AMAGIS

Amagis garante defesa e segurança a magistrados



A defesa da Magistratura mineira vai além da atuação institucional da Amagis junto aos Três Poderes. Com o trabalho de seus diversos departamentos, a Associação promove a defesa e dá segurança aos magistrados em todo o Estado.

PÁGINAS 4 E 5

Pesquisa revela impactos da pandemia nos magistrados

Estudo realizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) demonstrou que a pandemia do coronavírus teve impacto na saúde mental dos magistrados. A incerteza, insegurança e o isolamento social são alguns dos fatores que têm afetado a todos.

PÁGINAS 10 A 12



INSTITUTO FAZ LEVANTAMENTO
SOBRE A AMAGIS SAÚDE

PÁGINA 20

COM UNIÃO E APOIO DA CLASSE, AMAGIS SEGUE FORTE EM 2021

POR ALBERTO DINIZ*

“Nossa gestão dedica-se todos os dias a fortalecer a Associação que, de sua parte, corresponderá sempre a uma das Magistraturas mais completas do país”

Com a reabertura dos trabalhos no Legislativo e Judiciário, reiniciamos também nova etapa em nossas atividades pessoais, profissionais e associativas diante dos desafios que, apesar da mudança de ano, ainda trazem riscos. Certo é que superamos as ameaças de perdas que nos rondaram durante todo o ano de 2020.

O principal desafio da Amagis é manter sua trajetória exitosa de 65 anos em defesa do magistrado e da magistrada, onde quer que estejam, no interior ou na capital, no 1º ou 2º grau, na ativa ou na aposentadoria. Nossa gestão dedica-se todos os dias a fortalecer a Associação que, de sua parte, deve corresponder sempre a uma das Magistraturas mais completas do país.

Por conta dessa honrosa missão, fica também ampliada a responsabilidade na busca pela valorização de uma classe de grande importância social para a cidadania. A Magistratura mineira reafirmou seu valor ao manter a prestação ju-

risdicional, remotamente e com uma produtividade que nos orgulha. Isso representou uma vitória sobre a pandemia.

Desde o início de 2021, estamos debatendo com outras Associações e a AMB projetos que tramitam no Congresso Nacional em desfavor de nossos direitos e garantias constitucionais, como a Reforma Administrativa, a PEC Emergencial (186/19), que impõe controle de gastos, e outras reformas econômicas que visam abrir espaço no Orçamento.

Ainda está em nosso radar a Lei nº8.429/92 [Lei de Improbidade Administrativa] e a LGPD Penal, que regulamentará o tratamento de dados pessoais para segurança pública, defesa nacional e investigação de infrações penais.

Como fizemos em 2020, iremos defender, com todas as forças e instrumentos, as prerrogativas da carreira, dialogando com o Parlamento, o Judiciário e o Executivo para evitar quaisquer mudanças que atinjam nossos direitos. Temos compromisso histórico com a Magistratura e, como foco, as bandeiras intransferíveis da irredutibilidade, inamovibilidade e independência.

Estamos prontos e preparados para os novos passos, convencidos, e otimistas, com a chegada da vacinação. Com o apoio e união da classe e fortalecimento da Associação, venceremos também os desafios de 2021.●

[*] Presidente da Amagis

ÍNDICE



- Alberto Diniz formaliza pedido de pagamento a aposentados **PÁG 03**
- Defesa jurídica da Amagis é reconhecida por magistrados **PÁG 04**
- Comissão inicia estudo sobre contribuição associativa **PÁG 06**
- Amagis divulga nota em favor de magistrada e da classe **PÁG 07**
- ENM renova oferta de cursos **PÁG 09**
- Pandemia impacta saúde mental de magistrados **PÁG 10**
- História de superação contra o machismo **PÁG 13**
- Assista aos programas de TV da Amagis **PÁG 14**
- Entrevista: Maurício Pinto Ferreira **PÁG 15**
- Curadoria **PÁG 16**
- Ignorado por 17 anos **PÁG 16**
- Envie seus textos para a nova edição da MagisCultura **PÁG 17**



- Sedentarismo pode ser combatido em casa **PÁG 18**
- Instituto Orizonti atende em 52 especialidades **PÁG 19**
- Pesquisa busca aprimorar ainda mais o Amagis Saúde **PÁG 20**

PRESIDENTE

Desembargador Alberto Diniz Junior

Vice-presidente Administrativo:

Juiz Luiz Carlos Rezende e Santos

Vice-presidente Financeira:

Juiza Luzia Divina de Paula Peixoto

Vice-presidente de Saúde:

Juiza Rosimere das Graças do Couto

Vice-presidente dos

Aposentados e Pensionistas:

Juiza Marli Maria Braga Andrade

Vice-presidente do Interior:

Juiz Paulo Fernando Naves de Resende

Vice-presidente

Sociocultural-Esportivo:

Juiz Jorge Paulo dos Santos

Diretora-Secretária:

Juiza Ivone Campos Guillarducci Cerqueira

Diretor-Subsecretário:

Juiz Evandro Cangussu Melo

Diretora de Comunicação:

Juiza Cristiana Martins Gualberto Ribeiro



Rua Albita, 194 · Cruzeiro - Belo Horizonte · MG - Telefax: [31] 3079-3499
e-mail: imprensa@amagis.com.br - www.amagis.com.br

Coordenador de Comunicação:

Bruno Gontijo ·
Mtb - MG: 11008

Jornalistas:

Georgia Baçvaroff · Mtb - MG: 08441
Fernanda Marques · Mtb - MG: 12188
Tiago Parrela · Mtb - MG: 14634
Izabela Machado · Mtb - MG: 11210

Projeto Gráfico:

Agência Graffo

Diagramação:

Publicare Design

Pré-impressão/Impressão:

Gráfica e Editora Del Rey

TIRAGEM: 2.300 EXEMPLARES

Alberto Diniz formaliza pedido de pagamento a aposentados

Requerimento foi entregue ao presidente do TJ, Gilson Lemes

Em reunião realizada no dia 28 de janeiro, o presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, entregou ao presidente do TJMG, desembargador Gilson Soares Lemes, requerimento para o pagamento de compensação a magistrados que se aposentaram nos últimos cinco anos, com saldo de dias provenientes de designação para atuação em plantão, turma recursal e direção do foro.

O requerimento foi protocolizado assim que o Tribunal de Contas do Estado (TCE) entregou as informações sobre as datas de homologação da aposentadoria dos magistrados com direito ao benefício, solicitadas pela Amagis. A Associação, com apoio do seu Departamento Jurídico, também fez o levantamento do saldo de dias que cada aposentado tem a receber.

Como resultado da reunião, o presidente do Tribunal determinou a distribuição do requerimento no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do TJMG, a fim de que seja conferido o saldo de dias que constam no documento. Concluída essa etapa, o pagamento deverá ser imediato, dentro da disponibilidade financeira do TJ, e limitado a 10 dias úteis por mês, conforme regra geral do Tribunal.

De acordo com o presidente Alberto Diniz, a Amagis, ao centralizar os requerimentos, não só oferece uma facilidade



Requerimento protocolizado pelo presidente Alberto Diniz

aos seus associados, como busca agilidade no pagamento da compensação. “É obrigação da nossa Associação representar a Magistratura seja em suas pautas de repercussão nacional ou aquelas de natureza mais específica”, afirmou.

O pagamento de compensação

aos aposentados foi aprovado pelo Órgão Especial do TJMG, em caráter excepcional, no dia 16 dezembro. Na ocasião, o presidente Alberto Diniz afirmou que a decisão do colegiado foi um reconhecimento a esse importante segmento da classe.●

Sinal vermelho
contra a
violência
doméstica

Juiz Marcelo Gonçalves de Paula

AMAGIS Associação dos Magistrados do Brasil

AMB Associação dos Magistrados Brasileiros

Defesa jurídica da Amagis é reconhecida por magistrados

Trabalho associativo vai além da atuação institucional

AMAGIS



Amagis promove defesa jurídica dos magistrados no Órgão Especial do TJMG

Fiel à sua missão ao longo de 65 anos de história, a Amagis oferece a todos os associados uma atuação permanente em defesa da Magistratura mineira e de suas prerrogativas institucionais, pautadas pela independência e integridade. A gama de serviços oferecidos pela Associação contribui para que os magistrados e magistradas possam exercer suas funções com segurança e tranquilidade. A Amagis também mantém forte atuação pela garantia de direitos e conquistas de magistrados, ativos e aposentados, e pensionistas.

Uma das frentes de atuação da Amagis é a defesa jurídica de seus associados. Sempre pronta a amparar magistrados e pensionistas, a Amagis conta com um Departamento Jurídico e coloca à disposição dos associados um grupo de

advogados para atender a diversas situações referentes ao exercício da Magistratura e suas garantias. A qualidade dos serviços prestados pela Associação é reconhecida pelos associados.

AVALIAÇÃO DOS JUÍZES E JUÍZAS

EDNA MÁRCIA LOPES CAETANO

A juíza Edna Márcia Lopes Caetano é titular da 3ª Vara Cível de Santa Luzia e coordenadora do Cejusc e do Serviço de Reconhecimento de Paternidade (SRP) da Comarca. Tão logo se viu envolvida em uma reclamação feita por uma procuradora que se recusa a se alinhar aos meios de tratamento adequado de conflitos, a magistrada procurou a Amagis para a defesa de sua atu-

ação profissional, já que o próprio presidente da OAB local, bem como advogados, membros do Ministério Público, defensores públicos e procuradores municipais enalteceram o seu trabalho à frente do Cejusc e do SRP. "Passei por uma espécie de perseguição e necessitei do pronto apoio do Jurídico da Associação para me defender, já que ficamos muito abalados emocionalmente em casos como esse. No Departamento Jurídico da Amagis, eu me senti acolhida e abraçada por todos os profissionais. Foi como se estivesse dentro da minha própria casa. Foi fundamental sentir esse amparo para continuar exercendo minhas atribuições com total imparcialidade e amor ao trabalho", destacou a magistrada.

Edna Lopes afirmou que recebeu dos advogados da Amagis a orientação técnica necessária para o

MIRNA DE MOURA/TJMG



“No Departamento Jurídico da Amagis, eu me senti acolhida e abraçada por todos os profissionais. Foi como se estivesse dentro da minha própria casa. Foi fundamental sentir esse amparo para continuar exercendo minhas atribuições com total imparcialidade e amor ao trabalho”

**Edna Márcia Lopes
Caetano**

andamento de sua resposta à reclamação feita. Ela destacou a disponibilidade dos profissionais da Associação, sempre prontos a esclarecer dúvidas e prestar informações sobre o processo. “Tenho um contato direto com todos os advogados e a qualquer momento. Esse também é um dos diferenciais do trabalho prestado pelo Departamento Jurídico da Amagis, que abraçou minha causa. Saber que posso contar com uma entidade de classe que me apoia em todos os momentos da minha carreira me dá uma segurança ainda maior para seguir em frente”, disse a magistrada.

ANDRÉA CRISTINA DE MIRANDA COSTA

A juíza Andréa Cristina de Miranda Costa, titular da 2ª Vara de Tóxicos, Organização Criminosa e Lavagem de Bens e Valores da Comarca de Belo Horizonte, já recebeu o suporte do Departamento Jurídico da Amagis em consultas relacionadas ao exercício da profissão e, recentemente, em sua defesa em camp-

AMAGIS



“Minha expectativa está sendo prontamente atendida. Só tenho que elogiar o empenho de todos os profissionais do setor. Inclusive, já recomendei os serviços jurídicos da Associação a vários colegas, pois esse trabalho tem que ser incentivado cada vez mais”

**Maurício Pinto Coelho
Filho**

na difamatória contra a atuação da magistrada. Após o trabalho da Associação, o caso foi arquivado.

Andréa Miranda destacou a atuação técnica e isenta dos advogados da Amagis. “Como juíza, tenho conhecimento da matéria e do problema que me afligiu. Portanto, para mim, seria difícil enxergar o processo com a clareza e a imparcialidade necessárias. E o Jurídico da Amagis fez isso, com muita lucidez, dedicação e competência. Os advogados me deram toda a orientação necessária e fizeram uma análise perfeitamente factível. Além disso, os profissionais da Associação têm uma visão mais apurada e isenta do que realmente é útil para o nosso caso”, detalhou a magistrada.

A juíza afirmou ainda que em um momento em que magistrados são constantemente alvos de ataques nas redes sociais, os serviços oferecidos pelo Departamento Jurídico da Amagis se fazem ainda mais necessários. “Os juízes estão na berlinda e são atacados por qualquer motivo

AMAGIS



“Os advogados me deram toda a orientação necessária e fizeram uma análise perfeitamente factível. Além disso, os profissionais da Associação têm uma visão mais apurada e isenta do que realmente é útil para o nosso caso”

**Andréa Cristina de
Miranda Costa**

nas redes sociais, tendo frequentemente suas decisões contestadas por especialistas que nada entendem. Quando nos vemos em uma situação como essa, o suporte jurídico da Amagis é ainda mais essencial”, reconheceu Andréa Miranda.

MAURÍCIO PINTO COELHO FILHO

O juiz aposentado Maurício Pinto Coelho Filho contou com os serviços jurídicos da Associação em dois processos envolvendo assuntos administrativos do Tribunal de Justiça de Minas. “Tivemos êxito no primeiro processo. O segundo encontra-se no STJ. O Departamento Jurídico sempre foi muito atencioso, prestativo e receptivo. Minha expectativa está sendo prontamente atendida. Só tenho que elogiar o empenho de todos os profissionais do setor. Inclusive, já recomendei os serviços jurídicos da Associação a vários colegas, pois esse trabalho tem que ser incentivado cada vez mais”, apontou Maurício Pinto Coelho Filho. ●

Comissão inicia estudo sobre contribuição associativa

Criação do grupo foi proposta e aprovada pela Diretoria

Comprometida com os princípios de uma gestão democrática e transparente, a Diretoria da Amagis instituiu a Comissão de Estudos responsável por analisar a viabilidade e possibilidade de alteração do percentual de contribuição associativa. A primeira reunião foi realizada no dia 1º de fevereiro.

Assim que concluir o estudo, a Comissão irá entregar seu parecer à Diretoria da Associação, que, em reunião com o Conselho Deliberativo, irá apreciar o relatório e deliberar a partir das conclusões apresentadas pelo grupo.

A comissão é composta pelo desembargador Alberto Diniz Júnior, presidente da Amagis, pela juíza Luzia Peixoto, vice-presidente Financeira da Amagis, e os magistrados Antônio Armando dos Anjos, presidente do Conselho Deliberativo da Amagis, Reynaldo Ximenes Carneiro, membro-nato do Conselho Deliberativo, Heloisa Helena Ruiz Combat, Ronaldo Claret de Moraes, Elias Charbil Abdou Obeid e Manoel Jorge de Matos Junior.

Os trabalhos da comissão contarão com a assistência dos Departamentos Jurídico e Financeiro da Amagis, coordenados, respectivamente pelo advogado José Eduardo Vecchi e pela contadora Ariane Meira Pereira Bizon. As informações contábeis da Amagis estão disponíveis no site, na área do associado.

REUNIÃO

No dia 18 de janeiro, a Diretoria da Amagis debateu requerimentos dos associados relacionados à contribuição dos magistrados para a Associação, indicação de um ouvidor-geral e alterações nas regras de funcionamento do Parque Esportivo. Também foi discutida a possibilidade da venda da colônia de férias de Caldas Novas.

Sobre o pedido de revisão da contribuição, o presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, informou que no ano 2000 foi fixado um percentual de 1% sobre as verbas remuneratórias, medida que, desde então, vem sendo ratificada por todas as gestões da Associação. Ele também esclareceu

TIAGO PARRELA



Comissão entregará parecer à diretoria e ao Conselho Deliberativo da Amagis

que todas as contas da Amagis são auditadas, aprovadas pelo Conselho Deliberativo e disponibilizadas aos interessados, bem como todos os atos e atas da Associação.

O presidente alertou que, conforme levantamento, caso seja retirada a contribuição de 1% seria necessário dispensar funcionários e reduzir os serviços oferecidos aos associados. A vice-presidente Financeira, juíza Luzia Peixoto, informou que 75% das receitas da Associação são originárias das contribuições dos associados, 12% da utilização das colônias, publicidades e patrocínios e 13% são provenientes de verbas como URVs e equivalências.

O vice-presidente do Interior, juiz Paulo Fernando Naves, e a diretora-secretária, Ivone Guilarducci, chamaram a atenção para o fato de que a contribuição é fundamental para a manutenção da qualidade dos serviços prestados pela Amagis aos Associados, especialmente na defesa dos interesses da classe.

Com a palavra, o vice-presidente Administrativo Luiz Carlos Rezend e Santos propôs a realização de novo levantamento sobre possibilidade de incidência da contribuição apenas sobre a remuneração, e a

criação de comissão para promover esse estudo. A proposta contou com o apoio do presidente Alberto Diniz e os demais dirigentes.

UNIDADES SOCIAIS

A partir da análise de demonstrativo feito pelo Departamento Financeiro da Associação, o presidente Alberto Diniz sugeriu que seja apresentada, ao Conselho Deliberativo da Amagis, proposta de autorização de venda da colônia de férias de Caldas Novas. A sugestão foi feita em razão de a unidade dar prejuízos. Alberto Diniz observou que, apesar de ser deficitária, o terreno da unidade de Nova Viçosa foi doado pela prefeitura do município e, por isso, não pode ser vendida.

Em atendimento a requerimento apresentado por associados, o vice-presidente Sociocultural-esportivo, juiz Jorge Paulo dos Santos, propôs a realização de um estudo para avaliar a necessidade de alteração no Regulamento das Colônias de Férias, Centro de Apoio ao Magistrado em Trânsito, Parque Esportivo e Salão de Festas. As propostas de alteração deverão ser aprovadas pelo Conselho Deliberativo da Associação. ●

Amagis divulga nota em favor de magistrada e da classe

Alberto Diniz criticou duramente campanhas de ódio na internet

O presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, divulgou, no dia 1º de fevereiro, nota em favor da atuação da desembargadora Áurea Brasil e contra discursos de ódio e fake news promovidos em redes sociais, com intuito de difamar a atuação ética e constitucional da Magistratura mineira.

“Nesse contexto de agressões e suas variantes

“Tão grave quanto essas manifestações agressivas são as mutações anticivilizatórias e antidemocráticas que as acompanham e que dialogam com o autoritarismo”

Alberto Diniz, presidente da Amagis

mais espúrias, a desembargadora Áurea Brasil foi atacada em sua dignidade apenas pelo fato de realizar seu trabalho com dedicação e adotar decisão sustentados em sua capacidade moral e profissional e independência de julgar. E mais, pautada em recomendações das autoridades sanitárias”, afirmou o presidente da Amagis.

Alberto Diniz reafirmou que, aos insatisfeitos com as sentenças dos magistrados, existem meios adequados e éticos para recursos em vez de manifestações de soberba, arrogância e intolerância. “A Constituição e as Leis preveem recursos dentro do próprio processo e nas instâncias superiores”, concluiu.

Mesmo reconhecendo que o momento é de alta tensão, estresse e medo diante da pandemia e de seu agravamento, o presidente da Amagis avaliou que nada justifica negar e desrespeitar o Estado Democrático de Direito para cair na tentação da calúnia, trululência e da barbárie. Alberto Diniz colocou ainda o Departamento Jurídico da Amagis



Amagis defende a atuação digna da desembargadora Áurea Brasil contra campanhas de ódio

A Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis) vem a público refutar e condenar discursos de ódio e fake news que grassam nas redes sociais para difamar a atuação ética e constitucional da Magistratura mineira.

Nesse contexto de agressões e suas variantes mais espúrias, a desembargadora Áurea Brasil foi atacada em sua dignidade apenas pelo fato de realizar seu trabalho com dedicação e adotar decisão sustentados em sua capacidade moral e profissional e independência de julgar. E mais, pautada em recomendações das autoridades sanitárias.

Aos insatisfeitos com suas sentenças, existem meios mais adequados e éticos do que manifestações de soberba, arrogância e de intolerância. A Constituição e as Leis preveem recursos dentro do próprio processo e nas instâncias superiores.

Reconhecemos que o momento é de alta tensão, estresse e medo diante da pandemia e de seu agravamento, mas nada justifica negar e desrespeitar o Estado Democrático de Direito para cair na tentação da calúnia, da trululência e da barbárie.

Tão grave quanto essas manifestações agressivas são as mutações anticivilizatórias e antidemocráticas que as acompanham e que dialogam com o autoritarismo. O Departamento Jurídico da Amagis estará à disposição para tomar as providências cabíveis na defesa da reputação de uma magistrada honrada, como a desembargadora Áurea Brasil.

Belo Horizonte, 1º de fevereiro de 2021

Desembargador Alberto Diniz Junior
Presidente da Amagis

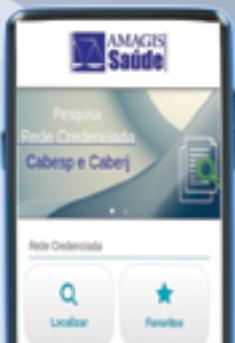
Nota publicada pelo presidente Alberto Diniz

à disposição da desembargadora Áurea Brasil, a fim de que todas as providências cabíveis na defesa da reputação da magistrada sejam tomadas.

“Tão grave quanto es-

sas manifestações agressivas são as mutações anticivilizatórias e antidemocráticas que as acompanham e que dialogam com o autoritarismo”, advertiu Alberto Diniz. ●

APLICATIVO AMAGIS SAÚDE



- ✓ Consulta à rede credenciada
- ✓ Carteira virtual do plano
- ✓ Consulta do histórico de utilização (pagamentos)
- ✓ Download do demonstrativo para IRPF
- ✓ Espaço para armazenamento de prescrições (receitas e exames)
- ✓ Notícias

Login e senha para acesso ao aplicativo são os mesmos do site da AmagisSaúde



DISPONÍVEL NO
Google Play



Baixe na
App Store



AMAGIS
ASSOCIAÇÃO
DOS MAGISTRADOS
MINEIROS



AMAGIS
Saúde



AMAGIS

VEM AÍ...



2 0 0 1 - 2 0 2 1

mgl.com.br

Contrate nossos serviços:

0800 242 2218

37 9 9827 5613

indicacao@mgl.com.br

Leiloeiros devidamente cadastrados
no sistema AJG
Resolução 882/2018 artigo 18
(indicação direta)



GRUPOCRÉDITO

Nossas especializações:

Administração Judicial/Falência

Inventariante Judicial

Avaliação de Imóveis

Depósito de Bens

Atuante em inúmeras cidades

ENM renova oferta de cursos

AMB sorteará bolsas aos associados para atividades internacionais

Em cerimônia virtual realizada no dia 20 de janeiro, a Escola Nacional da Magistratura (ENM) lançou os novos cursos da instituição na modalidade a distância. Até o final deste ano, serão promovidas 15 atividades para magistrados, todas credenciadas pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento da Magistratura (Enfam).

A ENM também ofertará cursos aos magistrados em parceria com instituições nacionais, como a Fundação Getúlio Vargas, e internacionais, como os que serão realizados com a Accademia Juris Roma. Para as atividades no exterior, a AMB sorteará três bolsas entre os associados interessados. *[Veja abaixo alguns dos cursos ofertados].*

Entre as novidades deste ano, está a promoção de cursos em conjunto com a UOL edtech e a PUC do Rio Grande do Sul. Essas aulas são abertas ao público externo e certificados pela instituição de ensino superior gaúcha. Entre as atividades oferecidas pela nova parceria, está o curso Democracia, fake news e eleições, cujas videoaulas são com os ministros do STF Luís Roberto Barro-



ENM promoverá 15 cursos na modalidade a distância até o final do ano

so (presidente do TSE), Edson Fachin e Alexandre de Moraes.

Na cerimônia de lançamento do curso, diretor-presidente da ENM, Caetano Levy, o desembargador do TJMG, agradeceu à presidente da AMB, juíza Renata Gil, e aos diretores da Escola pelo apoio para essa nova etapa. "A escola sempre se renova. Se adapta aos novos

tempos e às novas tecnologias. Estamos dando um salto imenso", afirmou.

A presidente da AMB afirmou que a escola está quebrando barreiras com as tecnologias digitais, aproximando a Associação da sociedade, um dos objetivos de sua gestão. "Essa abertura será importante para que a Magistratura seja mais conhecida", disse. ●

CURSOS OFERTADOS PELA ENM

● **A nova lei de licitação**

Carga horária: 30h/a

Inscrição: até 15 de março

Realização: 23 de março a 13 de abril

Modalidade: EaD

Vagas: 40 vagas

● **Pacote anticrime e Lei de Abuso de Autoridade**

Carga horária: 20h/a

Inscrição: até 22 de março

Realização: 6 a 20 de abril

Modalidade: EaD

Vagas: 40 vagas

● **Lei Geral de Proteção de Dado (LGPD) Trabalhista**

Carga horária: 20h/a

Inscrição: até 30 de março

Realização: 13 a 27 de abril

Modalidade: EaD

Vagas: 40 vagas

● **Introdução ao Direito e Economia (FGV)**

Carga horária: 40h/a

Inscrição: até 22 de março

Realização: 8 de abril a 27 de maio

Modalidade: EaD

Vagas: 40 vagas

● **Combate ao Crime Organizado: Inteligência, investigação e internacionalização***

Carga horária: 25h/a

Inscrições: até 19 março

Período: 18 a 22 de outubro

Local: Sevilha, Espanha

Investimento: 1.280 € *[associados da AMB]*

● **Liderança feminina na era global***

Carga horária: 25h/a

Inscrições: até 16 abril

Período: 22 a 26 novembro

Local: Roma - Itália

Investimento do curso: 750 € *[associados da AMB]*

● **Proteção de vítimas criminais: estudo comparado Europa-Brasil***

Carga horária: 25h/a

Inscrições: até 19 março

Período: 11 a 15 de outubro

Local: Roma - Itália

Investimento do curso: 1.150 € *[associados da AMB]*

● **Ataques cibernéticos, direito digital e proteção de dados, uma perspectiva comparada Europa-Brasil***

Carga horária: 25h/a

Inscrições: até 19 março

Período: 1 a 5 de novembro

Local: Roma - Itália

Investimento do curso: 960 € *[associados da AMB]*

***A AMB sorteará 3 bolsas dos cursos internacionais para os seus associados.**



“Os impactos da pandemia são sentidos não apenas em forma de modernização, mas igualmente em afecções de saúde física e mental”

Bruno Terra Dias,
Sup. de Saúde do TJ



“As atividades de trabalho e estudo foram abruptamente alteradas. Os atritos familiares são constantes. O nível de estresse está altíssimo”
Octávio Saliba,
psiquiatra

Pandemia impacta saúde mental de magistrados

Pesquisa do CNJ revela que ansiedade e depressão aumentaram

POR IZABELA MACHADO

As mudanças de hábito surgidas na pandemia do novo coronavírus tiveram impacto na saúde mental de magistrados e servidores do Poder Judiciário. É o que aponta a pesquisa “Saúde mental de magistrados e servidores no contexto da pandemia da COVID-19” realizada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O levantamento mostra que a pandemia contribuiu para agravar os casos de ansiedade e de depressão, que já estariam altos no Brasil. Do total de entrevistados, 47,8% declararam se sentir mais cansados do que antes da pandemia; 42,3% tiveram piora no humor e 48% tiveram alteração na rotina do sono.

O sentimento mais citado entre magistrados e servidores foi o medo, atingindo 50% dos que responderam a pesquisa. O levantamento contou com a participação de 46.788 magistrados e servidores, que responderam ao questionário de forma voluntária, anônima e sigilosa entre os dias 1º e 15 de julho de 2020.

Outros sentimentos frequentes verificados foram: desânimo, comum em mais de 36% dos participantes, e piora no humor, com 53%. Quase 17% dos que responderam ao questionário disseram ter pensamentos negativos e 25% revelaram ter sentimentos de raiva ou melancolia. Ao mesmo tempo, também foram citados sentimentos positivos, como serenidade [14%] e otimismo [16%]. Também houve quem revelasse que os últimos meses foram de afloramento da gratidão [33%], vontade de

ajudar [33%] e esperança [30%].

O presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, ressaltou que a pesquisa se faz especialmente relevante, pois permitirá a utilização dos resultados na elaboração de políticas locais. “A preservação da saúde tem sido uma política constante de todos os Poderes da República. É fundamental que tenhamos dados para embasar ações que possam garantir as condições seguras de trabalho para magistrados e servidores, pois, assim, estaremos protegendo não apenas os integrantes do Judiciário, mas toda a sociedade”, destacou Alberto Diniz.

MEDO E INSEGURANÇA

O novo coronavírus, causador da Covid-19, traz consigo um risco invisível, que se esconde em todos os lugares e pode infectar qualquer um, a qualquer momento. Esse cenário faz com que, constantemente, os mecanismos de defesa do cérebro sejam ativados, o que traz reflexos agressivos à saúde mental.

O psiquiatra Octávio Saliba, médico integrante do Programa Amor à Vida, da Amagis Saúde, explicou que o ser humano, quando percebe um risco de perder o controle do seu destino e da sua integridade física, reage com intenso estresse emocional. E a pandemia veio acompanhada por uma incerteza enorme com relação à natureza da doença, rapidez do contágio e ausência de um tratamento seguro e eficaz. “A partir do momento que o indivíduo tem consciência de que a vida dele está em perigo, reage de forma

intensa, gerando sensações como angústia, ansiedade e medo. Aliada a isso, a condução da solução para essa pandemia no Brasil não foi bem organizada. A falta de uniformidade nas condutas de isolamento social e cuidados com a prevenção da doença foram muito contraditórios, com viés politizado, o que contribuiu para amplificar essa sensação de insegurança”, avaliou Octávio Saliba.

O médico tem visto em seu consultório uma explosão de distúrbios psiquiátricos relacionados à pandemia. Segundo ele, irritabilidade e ansiedade excessivas, insônia, crises de pânico, alterações bruscas de humor, choro frequente, tristeza duradoura, dificuldade para realizar tarefas habituais e incapacidade de sentir alegria ou prazer passaram a ocorrer com maior frequência e intensidade nesse período. Além disso, houve um aumento expressivo do consumo de álcool, drogas ilícitas e psicofármacos e de casos de automutilação, principalmente entre jovens. “Estamos em um país depressivo. Perdemos o hábito saudável da rotina. As atividades de trabalho e estudo foram abruptamente alteradas. Os atritos familiares são constantes. O nível de estresse está altíssimo”, disse Octávio Saliba.

De acordo com o médico Danylo Radael, proprietário da Clínica InCentro, em Belo Horizonte, quando vivemos em um ambiente carregado de tensão, sair do momento presente é muito fácil. Com isso, deixamos de estar plenamente conscientes do que fazemos e passamos para um estado reativo, oprimidos pelo que ocorre ao nosso redor. “A ansiedade existe quando a pessoa foca sua atenção no futuro. A angústia existe quando a pessoa foca a atenção no passado. E o presente tem sido deixado de lado”, observou Danylo Radel.

A pesquisa do CNJ mostrou que 44,3% dos entrevistados também notaram uma mudança de peso durante a pandemia. Segundo o psiquiatra Octávio Saliba, é esperado que isso aconteça porque não há mais válvulas de escape como o lazer e a interação social. “O sentimento de frustração pela imprevisibilidade da duração da pandemia e a perda de pessoas queridas pela doença estão nos colocando sem nenhuma forma de gratificação e de prazer. Nesse contexto, o ser humano busca as gratificações mais fáceis. Comer em excesso é uma delas”, afirmou o especialista.

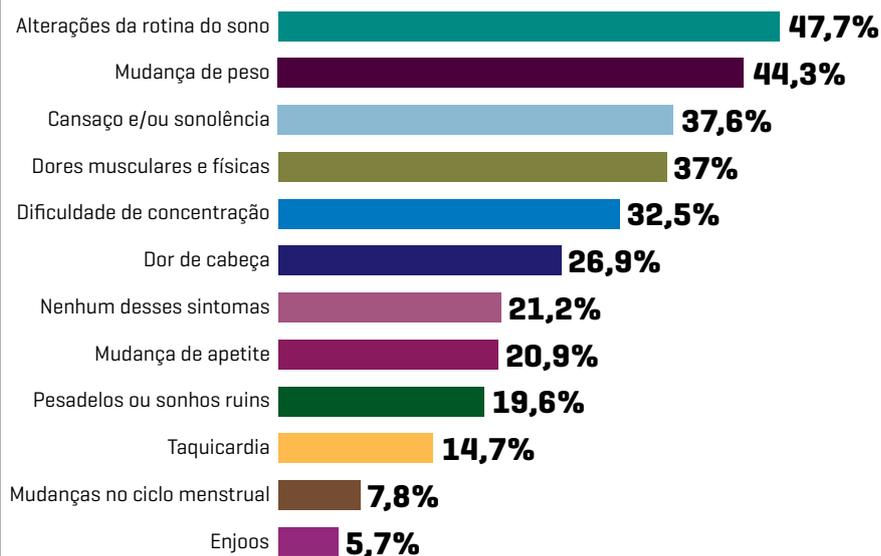
DOENÇAS CRÔNICAS

O levantamento questionou ainda magistrados e servidores sobre os maiores temores em razão das mudanças nas condições de vida causa-

Distribuição do público-alvo



Sintomas que não sentia antes da pandemia



Sentimentos mais frequentes



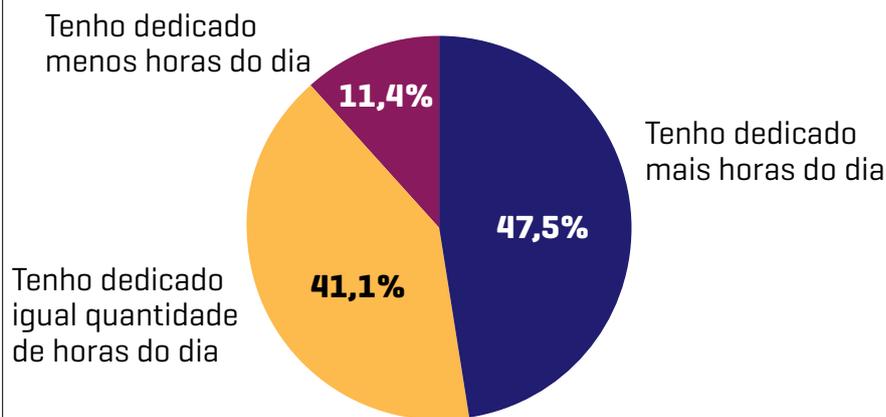
das pela Covid-19. A maioria dos entrevistados informou ter medo de que os familiares pertencentes ao grupo de risco possam adoecer ou falecer [79,1%]. Já 64,6% deles disseram ter receio de ficarem doentes.

Esse medo de contrair o coronavírus tem feito com que portadores de doenças crônicas, como diabetes e hipertensão, suspendam os tratamentos por medo de se contaminar. O médico Danylo Radael tem orientado os pacientes a não interromperem os acompanhamentos e a buscarem um estilo de vida saudável, mesmo com as limitações impostas pela pandemia. "A doença crônica, se bem controlada, faz com que a pessoa dê uma atenção maior para sua saúde e busque a medicina de maneira preventiva. A duração da pandemia já é muita longa para o indivíduo negligenciar os cuidados com a saúde. Portanto, cada um deve olhar para si e ver por onde é mais fácil mudar o estilo de vida. É buscar uma mudança de cada vez", orientou o profissional.

AMAGIS SAÚDE

A vice-presidente de Saúde da Amagis, juíza Rosimere das Graças do Couto, ressaltou que a Amagis e a Amagis Saúde têm desenvolvido uma série de ações para minorar os impactos da pandemia na saúde de seus associados. Entre as iniciativas destacadas estão o credenciamento de novos profissionais na rede da Amagis Saúde, a oferta de mais consultas com psicólogos na telemedicina, o atendimento personalizado do psiquiatra Octávio Saliba para os associados, veiculação de entrevista com o psiquiatra em programas de TV da Amagis e publicação de artigos e entrevistas nas mídias sociais com outros especialistas como geriatra, dermatologista e fisioterapeuta sobre as consequências da pandemia na

Disponibilização de horas para o trabalho



saúde física e mental da população.

"A Amagis Saúde, no decorrer do ano de 2020 e ainda agora, tem dado um atendimento especial e humanizado ao associado e seus dependentes, de forma ágil e eficaz, ajudando-os na busca de soluções mais adequadas e seguras para prevenção e preservação da saúde neste momento tão difícil pelo qual todos nós estamos passando", disse Rosimere Couto.

VOLUME DE TRABALHO

Na Justiça Estadual mineira, 60% dos magistrados que participaram da pesquisa do CNJ disseram realizar suas atividades de forma integral via trabalho remoto. Para 37% dos entrevistados, o volume de trabalho está maior que no período anterior à pandemia e 57% têm dedicado mais horas do dia para o trabalho remoto. O esforço de juízes, desembargadores e servidores tem se refletido nos altos índices de produtividade do Tribunal de Justiça de Minas Gerais [TJMG].

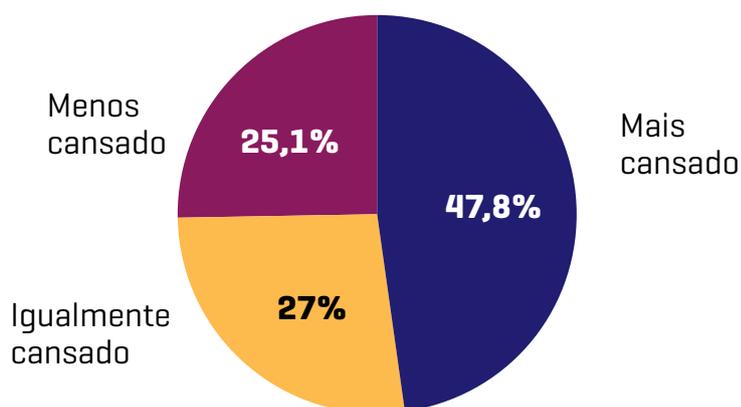
No entanto, a produtividade e o trabalho saudável não podem ser elementos dissociáveis e exigem investimentos conscientes. Uma das primeiras iniciativas do TJMG tão logo se confirmou a pandemia foi adequar o modelo de trabalho remoto para magistrados e servidores, de forma que todos tivessem as melhores condições de desempenhar suas atividades.

O coordenador do Comitê Gestor de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do TJMG e superintendente de Saúde do Tribunal, desembargador Bruno Terra Dias, destacou que o Judiciário mineiro tem desenvolvido programas de atendimento permanente à saúde de seus magistrados e de servidores. No caso específico da pandemia de Covid-19, o TJMG realiza atividades de coleta de informações, orientação, providências diversificadas e acompanhamento de casos e reporta as informações ao presidente, desembargador Gilson Soares Lemes, propondo medidas apropriadas para o momento.

"Os impactos da pandemia são sentidos não apenas em forma de modernização, mas igualmente em afecções de saúde física e mental de magistrados e servidores. Não há, ainda, como formular um juízo definitivo daquilo que constituirá a herança nosológica desses tempos, mas é sabido que o quadro de complicações derivadas do momento pandêmico promete durar alguns anos, o que exige mais da administração do TJMG e das entidades classistas das carreiras envolvidas", disse Bruno Terra Dias.

Segundo o superintendente de Saúde do Tribunal, esse quadro de anormalidade sanitária mostra que a pandemia deixará sequelas diversas, mesmo em quem não contrair a doença, uma vez que toda a população está submetida a níveis de estresse muito elevados e por lapso de tempo prolongado.●

Sensação de cansaço



HISTÓRIA DE SUPERAÇÃO CONTRA O MACHISMO

A Lei Maria da Penha sob o olhar de uma vítima de violência doméstica, agressões físicas e psicológicas

LUZIENE MEDEIROS DO NASCIMENTO BARBOSA LIMA*

A Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006, a Lei Maria da Penha, trouxe para o cenário do direito individual da mulher o seu sentido significativo para alcançar no campo do Direito Material o esperado significado. Hoje, toda mulher sabe o que é ser vítima de violência doméstica.

Esse conceito saiu da estrutura imaterial do significativo, que, no dizer de Freud, é um saber inconsciente da linguagem, para firmar-se em uma ordem simbólica, materializada na norma jurídica, cujo significado é a proibição da violência contra mulher, porque a Lei positivada pune esta conduta!

Vítima de violência doméstica, física e psicológica por 12 anos, em um casamento fracassado, posso falar do assunto com a propriedade de quem sofreu na pele tais agruras, mas passou de vítima a mulher confiante, vencedora da própria história.

por seu marido, não era tratada como vítima! A pergunta era: “o que você fez para que ele te batesse?”

No máximo, as vítimas de violência doméstica apenas se desquitavam [separação antes da Lei do Divórcio]. Não era permitido um novo casamento e a mulher passava a estigmatizada, rotulada de “a desquitada”. A maioria dessas mulheres não possuía uma profissão rentável que lhes propiciasse arcar com a própria subsistência e dos filhos.

Fui, em parte, este estereótipo de vítima, casei jovem, ainda em formação universitária e, portanto, dependente do marido. Parte das humilhações eram ouvi-lo dizer: “você é uma porcaria de mulher, se me deixar quem vai te querer? Além de burra e incompetente, com dois filhos nas costas, quem vai te querer?”

A afirmação de que, sem ele morreria de fome e nunca passaria de uma “advogadinha medíocre!”, convenciona-

esquerdo, amalhei forças para mudar.

Por amor a meus filhos, tomei a mais difícil decisão da minha vida: separar do meu agressor. Para não ter brigas judiciais, abri mão de minha parte no patrimônio conjugal, pois enfim, compreendi que preservar minha sanidade mental e mesmo a própria vida seria mais importante do que continuar naquele estado. Decidi viver!

Por isso, entendo que a Lei Maria da Penha veio minorar a dor de muitas mulheres que tiveram a desventura de sofrer violência doméstica, sem precisarem ser uma Maria da Penha, uma Viviane, juíza vítima de feminicídio no Rio de Janeiro, uma Luziene e tantas outras que sofreram ou morreram nas mãos de seus agressores, por acreditarem em dias melhores e que tudo terminaria bem. Pois incontáveis vezes, o agressor, com aparente sinceridade, pede perdão e uma nova chance e é perdoado.

A realidade é outra. Passado aquele momento de leve arrependimento, o agressor volta aos velhos hábitos de agredir. A experiência diz que a mulher, uma vez desrespeitada pelo companheiro, marido etc... será sempre desrespeitada. Isso se deve ao machismo, à falta de educação do homem desde a tenra idade ou, conforme meu caso,

“É CERTO QUE ‘NESTE MUNDO TEREMOS AFLIÇÕES’, MAS DEUS NOS FAZ VALENTE, POIS TODA MULHER É CAPAZ DE GERAR E RECONSTRUIR, SEMPRE E SEMPRE, UMA NOVA VIDA!”

Igual a todo relacionamento abusivo, no início, meu casamento era fascinante, mas depois aquele que dizia me amar mudou e passou a me tratar de forma humilhante. Agressões físicas e psicológicas eram frequentes pelas mais mezinhas razões. A falta de feijão em uma refeição era motivo suficiente para receber no rosto o prato da comida indesejada.

Tais humilhações feneceram a minha autoestima e me tornei uma mulher medrosa, depressiva e refém do meu agressor ao ponto de não acreditar ser possível sobreviver sem o seu auxílio. Dependência paralisante! Esse tipo de sentimento norteia a psiquê de toda mulher vítima de violência doméstica.

Casei-me nos anos 1970, época em que, se uma mulher comparecesse a uma delegacia com o rosto machucado

-me ser impossível sobreviver sem meu provedor. Tal sentimento faz parte do inconsciente da mulher subjugada pela violência doméstica. O labirinto da dependência não se restringia só a mim, pois havia dois filhos pequenos.

A minha formação universitária só ocorreu porque estudava em faculdade federal. Precisei superar meus temores e acreditar que possuía condições de mudar aquela situação.

O estado de impotência descrito impõe à vítima de violência perder suas forças e tornar-se vencida! Foi preciso ir ao fundo do poço para tomar impulso e subir. Só depois de 12 anos de um casamento sofrido, onde em uma das agressões ele quase me matou e o obrigou a me levar ao hospital por ter desmaiado e quase perdido a visão do olho

ser o agressor portador de alguma anomalia psíquica. Seja o que for, nós mulheres temos que abandonar esse estado de vitimização e buscar, com coragem, nossos ideais.

Depois da separação, passei longos anos lutando por meu sustento e dos meus filhos. O trabalho restabeleceu minha autoestima, possibilitou viver um novo amor, ter mais um filho e me tornar juíza. É certo que, “neste mundo, teremos aflições”, mas Deus nos faz valente, pois toda mulher é capaz de gerar e reconstruir, sempre e sempre, uma nova vida! Parti do ponto zero, morrendo de medo, porém, crendo que fazemos nossa própria história e a superação é o caminho!●

[*] Juíza da 6ª Vara Criminal da Comarca de Belo Horizonte

PENSAMENTO JURÍDICO

Direitos das pessoas com deficiência

Ao longo da história da humanidade, as pessoas com deficiência sempre foram vistas com muito preconceito, sem direitos e nem assistência. O que mudou e o que lhes garantiu dignidade? Nosso convidado é o juiz auxiliar Luís Fernando Nigro Corrêa, da 14ª Vara Cível de Belo Horizonte e autor do livro “A Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência”. [Foto]



Instituto de Ciências Penais

O surgimento da pandemia e seu agravamento impõem a criação de normas e leis para adequação à nova realidade. Como ficam as execuções penais? Para falar sobre o assunto, vamos conversar com o desembargador Maurício Pinto Ferreira, também 1º diretor-secretário do Instituto de Ciências Penais, o ICP, e a advogada Carla Silene, 1ª vice-presidente do mesmo Instituto.

Apac e a Humanização da pena

O projeto “Humanizando a pena, protegendo a vida” recebeu o Prêmio Empreendedor Social de 2020 na categoria de mitigação dos danos da Covid-19. A iniciativa é das Apacs de Minas, Associação de Proteção e Assistência aos Condenados. O que representa essa premiação que combina ressocialização humana com solidariedade? Conversamos com os responsáveis por esse projeto.

Gestão judiciária na pandemia

Quase um ano depois do início da pandemia, a Justiça abre o 2021 com restrições no atendimento presencial, priorizando o virtual diante do agravamento da Covid-19. Como ficam os casos urgentes e como anda a virtualização dos processos? Para falar sobre o assunto, convidamos para o Pensamento Jurídico o juiz Christyano Lucas Generoso, diretor do Foro de Belo Horizonte.

[Assista ao Pensamento Jurídico no Canal da Amagis no YouTube e nas redes sociais e site da Associação](#)

VIA JUSTIÇA

Assédio sexual x assédio moral

Qual a diferença entre assédio moral e assédio sexual? O Via Justiça discute sobre o crime de assédio no ordenamento jurídico brasileiro. Nossos convidados são o juiz Vinícius de Ávila Leite, da 1ª Vara Criminal e Infância e Juventude de Patos de Minas, e o advogado Warley Belo, do Instituto dos Advogados de Minas Gerais - IAMG - e Instituto de Ciências Penais. Confira! [Foto] [inédito]



Mercado marginal

O mercado marginal - as pirâmides, os golpes financeiros na pandemia são os temas de nosso debate. Nossos convidados são o desembargador Wanderley Paiva, da 1ª Câmara Criminal do TJMG e o advogado criminalista Lázaro Guilherme. Estes golpes aumentaram na pandemia, segundo as autoridades do setor. Como explicar este crescimento? Vamos entender o que é o mercado marginal. Veja! [reprise]

Regras da união estável

Qual é a história da união estável no direito brasileiro? O que é a união estável? O que vem a ser a affectio maritalis? No Via Justiça, nós vamos falar sobre as regras da união estável. Nossos convidados são o juiz Antônio Carlos Parreira, da Vara de Família e Sucessões de Varginha e a advogada Fabíola Meijon Fadul, especializada em Direito de Família e Sucessões. [reprise]

Reconhecimento de paternidade

Uma recente decisão do Superior Tribunal de Justiça na área de Família chamou a atenção da comunidade jurídica. Como ver a decisão do STJ? No programa, nossas convidadas a juíza Edna Márcia Lopes Caetano, da 3ª Vara Cível de Santa Luzia e coordenadora do Serviço de Registro de Paternidade da comarca, e a defensora pública Giza Magalhães Gaudereto falam sobre o tema. [reprise]

TV ASSEMBLEIA Sexta-Feira, às 23h [Canais 11, 61.2 ou 35]

Maurício Pinto Ferreira



GEORGIA BAÇVAROFF

Primero diretor-secretário do Instituto de Ciências Penais (ICP), o desembargador Maurício Pinto Ferreira aposta na atuação dos jovens, com sua vontade de aprender, para a inovação de ideias e mudanças na sociedade. É por essa razão que o magistrado e os membros do Instituto veem no ICP Jovem a possibilidade de renovação.

Quais os objetivos do ICP?

O Instituto foi criado com o objetivo inicial de ser um foro de debates, discussões e estudos, com a finalidade de contribuir para o aprimoramento da lei penal e a execução penal. Com o tempo, o ICP ganhou abrangência nacional e internacional e, hoje, tem como principal objetivo transferir o conhecimento sobre a área penal para a sociedade.

E o ICP Jovem?

O ICP Jovem é a menina dos olhos de todos nós do Instituto, pois os jovens sempre nos trazem boas ideias, têm vontade de aprender, querer saber mais e mudar as coisas. Eles nos fazem repensar, nos sentimos mais jovens com seu ímpeto e heroísmo. Esse impulso nos movimenta, nos faz acontecer e impede que fiquemos estagnados.

Como é a atuação do ICP Jovem?

O ICP Jovem tem uma diretoria própria e conta com a participação de estudantes de todo o Brasil. Na pasta, são desenvolvidos projetos que unem os vieses acadêmico e profissional, como a primeira Competição Brasileira de Direito e Processo Penal, grupos de estudos e seminários. Vamos conseguir uma sociedade melhor e mais justa com os jovens ao nosso lado. São eles que nos fazem pulsar.

Quais os benefícios da parceria com as faculdades?

A parceria com as faculdades de Direito é da maior importância, pois, a partir do contato com o ICP Jovem, os estudantes passam a olhar para as ciências penais com mais afinco. O diálogo dos estudantes com magistrados, defensores públicos, advogados e procuradores estimula esses jovens a terem novas formulações sobre a área. Passam a ter mais interesse nas ciências penais, dedicando e aprofundando seus estudos.

Quais os aspectos do Direito Penal mais relevantes nesse momento de pandemia?

Vivemos um momento único da humanidade, que impõe várias situações emergenciais. Não poderia ser

diferente com o Direito e muito menos com o campo Penal. Nesse contexto, pode ser necessário adotar algumas medidas excepcionais, seja para manter ou não uma pessoa no cárcere. As decisões precisam ser observadas com um olhar voltado para a saúde pública, somado, é claro, à ciência penal.

Como diminuir o impacto do fluxo de pessoas nos presídios durante a pandemia?

É inegável que manter o funcionamento dos presídios como antes da pandemia (entrada e saída de novos detentos) pode trazer riscos aos apenados e à sociedade, uma vez que a Covid-19 pode circular de fora para dentro dos presídios e vice-versa. Por isso, as medidas cautelares diversas, principalmente a prisão domiciliar, têm sido uma alternativa muito usada para reduzir os impactos do vírus. Hoje, temos que pensar sob essa ótica.

O senhor considera que, hoje, há mudanças na forma como a criminalidade é analisada?

Hoje, a forma como a criminalidade é observada no Brasil passa por mudanças. Pois, além da pandemia, com a intensificação do uso de novos recursos tecnológicos, tivemos a Operação Lava Jato, que trouxe novas questões a serem pensadas, novos conceitos. Pessoas que jamais imaginávamos que estariam envolvidas em um processo penal estão respondendo perante a sociedade, inclusive com implicações relacionadas ao cerceamento da liberdade. O Direito Penal não pode vigorar apenas para os menos favorecidos, para aqueles que estão nas periferias, tem que atingir a todos, principalmente os que têm vindo de cima. ●

“O Direito Penal não pode vigorar apenas para os menos favorecidos, para aqueles que estão nas periferias, tem que atingir a todos”

CURADORIA



MIRNA DE MOURA

**JUIZ CHRISTYANO
GENEROSO,
DIRETOR DO
FORO DE BELO
HORIZONTE**



CONTÁGIO

O filme estreou em 2011 e trata de uma hipotética pandemia mundial. A semelhança entre as situações retratadas na película e as vivenciadas hoje é incrível. Ao ver o filme é interessante observar o trabalho da comunidade médica em busca da cura, o comportamento dos governos, imprensa, indústria farmacêutica e a população em geral num momento de crise da sociedade. Com 1h46 de duração, Contágio foi dirigido por Steven Soderbergh e tem no seu elenco estrelas como Marion Cotillard, Matt Damon, Laurence Fishburne, Jude Law, Kate Winslet, Bryan Craston, Jennifer Ehel, Gwyneth Paltrow.



**FERNANDO
JOSÉ ARMANDO
RIBEIRO,
PRESIDENTE DO
TJMMG**



T. S. ELIOT - POESIA

Publicado pela editora Nova Fronteira, o livro é uma coletânea bilíngue de poemas de T. S. Eliot, traduzido por Ivan Junqueira, jornalista, poeta e membro da Academia Brasileira de Letras, falecido em 2014. A coletânea traz clássicos de T. S. Eliot como *A Terra Desolada* e *Quatro Quartetos*. São dois poemas belíssimos, que têm uma ligação com o momento histórico, a década de 1920, vivida por T. S. Eliot, marcada pelo fim da Primeira Guerra Mundial e a Gripe Espanhola, que poder ter infectado um terço da população mundial na época e matou cerca de 50 milhões de pessoas.

BAÚ DE ACORDES

Ignorado por 17 anos



ARQUIVO NIREZ

Tiago Parrela - *"Carinhoso"* - do abandono à glória - Um das obras mais executadas do maestro Pixinguinha, e que se tornou patrimônio musical brasileiro, o choro *"Carinhoso"* tem uma história curiosa e intrigante, de quase não ter se tornada pública para seus ouvintes, músicos e apreciadores.

Em depoimento concedido ao Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro, em 1968, Pixinguinha revela que deixou de lado essa composição por mais dez anos devido a métrica para as composições da época: "Eu fiz o *Carinhoso* em 1917. Naquele tempo, o pessoal nosso da música não admitia choro assim de duas partes [choro tinha que ter três partes]. Então, eu fiz o *Carinhoso* e en-

costei. Tocar o *Carinhoso* naquele meio! Eu não tocava... ninguém ia aceitar".

De fato, *"Carinhoso"* é um choro em duas partes, diferente das exigências do gênero na época, que se dividia em três partes. A primeira gravação para *"Carinhoso"* foi feita pelo autor, e data de 1928, mas há diferentes versões que Pixinguinha depois relata, o que aumenta o enigma e a excepcionalidade sobre a música.

Segundo relatos da época, até meados dos anos de 1930, a música ainda era ignorada pelo grande público, apesar de algumas gravações e execuções em rádio e rodas de choro. O que veio contribuir para o grande reconhecimento desse clássico nacional foi um

pedido da cantora Heloisa Helena ao compositor João de Barro que colocasse versos no choro *"Carinhoso"*, para executar uma canção nova.

A gravação definitiva de *"Carinhoso"*, e que projetou a música, veio com o cantor Orlando Silva, em 1937, depois de ter sido recusada por Francisco Alves e Carlos Galhardo.

Segundo o Instituto da Música Brasileira (IMMuB) o choro *"Carinhoso"* tem mais de 400 gravações, em diferentes ritmos [como forró eletrônico, reggae, bolero mexicano, embalo de jovem guarda, versão caipira e em rock and roll], além de ter sido gravada em línguas estrangeiras no inglês, francês, espanhol e hebraico.●

Envie seus textos para a nova edição da MagisCultura

Revista publica trabalhos gráficos como ilustrações e pinturas

Os associados da Amagis, interessados em participar da 23ª edição da revista MagisCultura Mineira, têm até o final deste mês para enviar textos literários e trabalhos gráficos, que serão avaliados pelo Conselho Editorial da publicação.

De acordo com as normas de publicação da MagisCultura, serão aceitos textos de ficção (contos, crônicas, pequenas novelas e poemas), e de estudos (artigos, ensaios e resenhas). Já em relação aos trabalhos gráficos serão admitidas ilustrações, fotografias, pinturas e reprodução de esculturas. Não são publicadas teses políticas, homenagens pessoais e necrológicos.

Criada há mais de uma década, na gestão do desembargador Nelson Missias de Moraes (2007-2009), a

revista consolidou-se como meio de expressão artística da Magistratura Mineira, ganhando o reconhecimento de agentes culturais do Estado, como a Academia Mineira de Letras.

A cada novo número a MagisCultura destaca elementos da história de Minas Gerais, como na 22ª edição, na qual os 300 anos da Comarca do Serro receberam destaque. Escritores convidados como, Affonso Romano de Sant'Anna, Dantas Motta e Adélia Prado foram alguns dos convidados da revista.

As colaborações devem ser enviadas para o e-mail magiscultura@amagis.com.br. Os textos precisam ser digitados e ter, no máximo, 10 mil caracteres. As ilustrações têm que ter uma resolução mínima de 300 DPIs (pontos por polegada).●

REPRODUÇÃO



Capa da 22ª edição da MagisCultura



Uma série completa de exames para os usuários da Amagis Saúde.

Tudo fácil, rápido e gratuito no mês de seu aniversário.

Saiba mais em:
www.amagissaude.com.br



Sedentarismo pode ser combatido em casa

Atividades físicas simples podem fazer parte do dia a dia

Pesquisa da UFMG revelou que quatro em cada dez pessoas têm engordado durante a pandemia. Esses números podem ser reflexo do sedentarismo da população durante o isolamento social.

Atividades simples que podem ser realizadas dentro de casa são uma alternativa para impedir o sedentarismo. Segundo o fisioterapeuta Roberto Barata, que integra a equipe do programa Amor à Vida, da Amagis Saúde, sentar e levantar da cadeira, caminhar pela casa, levantar os braços, ficar

na ponta dos pés e apoiar as mãos no marco da porta deixando esticar o corpo são alguns exercícios simples, que contribuem para o bem-estar.

De acordo com o especialista, na impossibilidade de a pessoa fazer os exames para prevenir os fatores de risco, ela pode iniciar as atividades com uma caminhada leve, em local plano e ir observando o cansaço.

Roberto Barata esclareceu que, para realizar atividades físicas em casa, não há necessidade de equipamentos. "O mais importante para começar as atividades



Exercícios não requerem uso de qualquer tipo de equipamento

é vencer a preguiça e criar um planejamento", afirmou, ao observar que é importante procurar a orientação de um profissional.

O especialista alertou

que se deve evitar fazer os exercícios próximo a quinas de móveis, tapetes escorregadios e recomendou que a hidratação seja feita de forma regular. ●

DICAS AMAGIS SAÚDE

Remoção terrestre inter-hospitalar

O que é a remoção terrestre inter-hospitalar?

É a remoção do paciente feita entre o hospital de origem e o de destino, dentro dos limites da abrangência geográfica do plano contratado pelo associado [Estadual ou Grupo de Estados], quando comprovadamente necessária.

É necessária avaliação prévia da Amagis Saúde?

Sim. O relatório médico, com a indicação clínica informando o tipo de ambulância que será utilizada [básica ou de suporte avançado], deve ser enviado para o setor de atendimento do plano. A auditoria médica da Amagis Saúde irá analisar a solicitação.

O serviço é reembolsável?

O reembolso das despesas é feito conforme as tabelas praticadas pelo plano. O serviço deve ser usado em caso de impossibilidade de remoção por outro meio, comprovada mediante apresentação de laudo médico. A remoção terrestre hospitalar é obrigatória, prevista em lei e no regulamento da Amagis Saúde.

O que fazer em uma situação de urgência e emergência?

Deve-se entrar em contato com o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, pelo número 192, ou qualquer outro serviço de remoção, cujas despesas poderão ser ressarcidas de acordo com o regulamento do plano. ●



PRESIDENTE
Desembargador Alberto Diniz Junior

SUPLEMENTO DO PLANO DE SAÚDE DA ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS MINEIROS AMAGIS

DIRETORIA DA AMAGIS SAÚDE:
Vice-presidente de Saúde
Juíza Rosimere das Graças do Couto
Diretor de Saúde
Desembargador Edison Feital Leite
Diretora Financeira
Juíza Flávia Birchal

Conselho Gestor:
Segunda Instância
Geraldo Domingos Coelho
Marco Aurélio Ferenzini

Suplentes
Valéria da Silva Rodrigues Queiroz
Edison Feital Leite
Juízes da Capital
Flávia Birchal de Moura
Kenea Marcia Damato de Moura Gomes
Suplentes
Clayton Rosa de Resende
Guilherme Azeredo Passos
Juízes do Interior
Dalton Soares Negrão
Fábio Torres de Sousa

Suplentes
Marcos Alberto Ferreira
Marcelo Carlos Cândido
Aposentados
Ana Maria de Oliveira Froes
José Maria dos Reis
Suplentes
José Nicolau Masseli
Paulo Mendes Álvares
Ouvidora da Amagis Saúde
Juíza Kenea Márcia Damato de Moura
Gomes

Coordenador de Comunicação:
Bruno Gontijo · Mtb - MG: 11008
Jornalistas:
Georgia Baçvaroff · Mtb - MG: 08441
Fernanda Marques · Mtb - MG: 12188
Tiago Parrela · Mtb - MG: 14634
Izabela Machado · Mtb - MG: 11210
Projeto Gráfico: Agência Graffo
Diagramação:
Publicare Design
Pré-impressão/Impressão:
Gráfica e Editora Del Rey

Rua Albita, 194 · Cruzeiro - Belo Horizonte · MG - Telefax: (31) 3079-3499
e-mail: imprensa@amagis.com.br - www.amagis.com.br

Instituto Orizonti atende em 52 especialidades

Amagis Saúde foi o primeiro plano a credenciar o novo hospital

O Instituto Orizonti é o mais novo hospital credenciado à Amagis Saúde. Com a experiência e tradição da Oncomed, clínica especializada na prevenção e tratamento do câncer, fundada em 1994, o grupo ampliou suas atividades com a unidade localizada no bairro Mangabeiras, em Belo Horizonte, e passou a oferecer atendimento em 52 especialidades médicas, além de exames.

As tratativas para o credenciamento foram conduzidas pelo presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, que visitou as instalações do hospital e foi recebido por diretores do Grupo Oncomed, com os quais conversou sobre o atendimento oferecido aos pacientes. Entre os pontos apresentados, o presidente da Associação destacou a proposta de atendimento humanizado do Instituto.

No hospital, também funciona o Instituto de Ensino, Pesquisa e Inovação (Iepi), do Orizonti, instalado numa área de 320 m², que conta com um centro de estudos e simulações nas áreas de terapia intensiva, bloco cirúrgico, laboratórios de treinamento e desenvolvimento para a formação profissional.

A estrutura do Instituto Orizonti inclui pronto atendimento 24h de urgência e emergência, 252 leitos (60 são de

DIVULGAÇÃO



Instituto Orizonti conta com 252 leitos, centro cirúrgico e salas de robótica

UTI), centro cirúrgico completo com 15 salas de baixa, média e alta complexidade, uma sala híbrida, uma sala robótica e duas salas de hemodinâmica.

Ainda são realizados no hospital exames cardiológicos [ecocardiograma e vascular], endoscopia, coloproctologia, medicina nuclear, métodos gráficos e exames de imagem [raio X, tomografia computadorizada, ressonância magnética e ultrassonografia].

Os usuários da Amagis Saúde precisam observar se é necessário autorização prévia para os procedimentos médicos a serem realizados, conforme orientações da Agência Nacional de Saúde Suplementar [ANS]. Mais informações podem ser obtidas pelo telefone (31) 3079-3478 / 3479 / 3480 e 3481 ou pelos e-mails autorizacao@amagis.com.br ou pedido@amagis.com.br. ●

ESPECIALIDADES DO ORIZONTI

- Anatomia Patológica
- Anestesiologia e Clínica da Dor
- Angiologia e Cirurgia Vascular
- Cardiologia
- Cirurgia bariátrica
- Cirurgia bucomaxilo-facial
- Cirurgia cardiovascular
- Cirurgia da coluna
- Cirurgia da mão
- Cirurgia de cabeça e pescoço
- Cirurgia geral e minimamente invasiva
- Cirurgia ginecológica
- Cirurgia maxilofacial
- Cirurgia plástica
- Cirurgia robótica
- Cirurgia torácica
- Clínica médica
- Coloproctologia
- Cuidados Continuados [Paliativos]
- Dermatologia
- Eletrofisiologia e Arritmologia
- Endocrinologia
- Endoscopia e Colonoscopia
- Gastroenterologia e Hepatologia
- Genética
- Geriatria
- Ginecologia Oncológica
- Hematologia
- Hemodinâmica
- Hemoterapia
- Infectologia
- Mastologia
- Medicina de emergência
- Medicina do esporte
- Medicina intensiva
- Medicina nuclear
- Nefrologia
- Neurocirurgia
- Neurointervenção vascular
- Neurologia
- Nutrologia
- Odontologia
- Oncologia
- Ortopedia e Traumatologia
- Otorrinolaringologia
- Patologia Clínica ou Análises Clínicas
- Pneumologia
- Radiologia e diagnóstico por imagem
- Radiologia intervencionista
- Radioterapia
- Reumatologia
- Urologia

Pesquisa busca aprimorar ainda mais o Amagis Saúde

Usuários irão opinar sobre os serviços oferecidos

PIXABAY

Até o final deste mês, a Amagis Saúde irá promover nova pesquisa de satisfação com os usuários do plano. A iniciativa atende a um dos critérios do Programa de Qualificação de Operadoras da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

As entrevistas com os usuários do plano terão duração de, no máximo, 10 minutos e deverão ser feitas até 20 perguntas. A pesquisa será realizada, por telefone, pelo Instituto Ibero Brasileiro de Relacionamento com o Cliente (IBRC), e os dados coletados serão analisados por auditoria independente.

Devem ser abordados temas como a atenção à saúde (cuidados de saúde, atenção imediata, comunicação, atenção à saúde recebida, acesso aos prestadores), canais de atendimento (atendimento multicanal resolutividade, documentos e formulários) e satisfação geral (avaliação geral e recomendação).

Com 44 anos de serviços prestados à Magistratura mineira, a Amagis Saúde tem recebido, consecutivamente, o reconhecimento da excelência de seus serviços pela ANS e por associações de classe, que adotam o modelo de au-



togestão da Amagis como referência.

O principal reconhecimento vem dos associados, que destacam a agilidade e qualidade do atendimento dos prestadores de serviço que compõem a rede de credenciados, e programas de prevenção à saúde, como o Check-up.

Entre os aspectos positivos da Amagis Saúde, a juíza Soraya Brasileiro ressaltou a agilidade na liberação dos procedimentos médicos. “Em algumas

empresas, é difícil resolver as coisas por telefone, mas, na Amagis Saúde, é o contrário. Quando preciso da autorização de um exame, os colaboradores resolvem tudo imediatamente”, disse.

Após serem validados pela auditoria independente, os dados obtidos com a pesquisa de satisfação serão enviados pela Amagis Saúde à ANS, que incluirá as informações no seu programa de qualificação. ●

+SAÚDE!

“Fico muito feliz de poder falar sobre a Amagis Saúde. Mesmo com pouco tempo de carreira, percebo que o sistema implementado pela Amagis é extremamente funcional. Ademais, as pessoas responsáveis pela sua administração e execução são competentes e comprometidas com a prestação de um ótimo serviço aos magistrados e seus dependentes. Estou completamente satisfeito com o serviço prestado”

Juiz Matheus Pinter Cardoso

